



CEJA >>

CENTRO DE EDUCAÇÃO
de JOVENS e ADULTOS

CIÊNCIAS HUMANAS

e suas TECNOLOGIAS >>

Sociologia

Fascículo 3
Unidades 5 e 6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Governador
Wilson Witzel

Vice-Governador
Claudio Castro

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretário de Estado
Leonardo Rodrigues

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Secretário de Estado
Pedro Fernandes

FUNDAÇÃO CECIERJ

Presidente
Gilson Rodrigues

PRODUÇÃO DO MATERIAL CEJA (CECIERJ)

Diretoria Adjunta de Material Didático
Cristine Costa Barreto

Elaboração de Sociologia
José Vieira de Sousa

Atividade Extra de Sociologia
Edson Nóbrega

Desenvolvimento Instrucional
Elaine Perdigão
Heitor Soares de Farias
Rômulo Batista
Marcelo Franco Lustosa

Revisão de Língua Portuguesa
Paulo Cesar Alves

Coordenação de
Desenvolvimento Instrucional
Flávia Busnardo
Paulo Vasques de Miranda

Coordenação de Produção
Fábio Rapello Alencar

Projeto Gráfico e Capa
Andreia Villar

Imagem da Capa e da Abertura
das Unidades
Andreia Villar

Diagramação
Alessandra Nogueira
Bianca Lima
Juliana Fernandes
Juliana Vieira
Patrícia Seabra
Ronaldo d' Aguiar Silva

Ilustração
Clara Gomes
Fernando Romeiro
Jefferson Caçador
Sami Souza

Produção Gráfica
Verônica Paranhos

Sumário

Unidade 5 Estado moderno, cidadania e direitos humanos	5
--	---

Unidade 6 Educação e saúde	35
------------------------------	----

Prezado(a) aluno(a),

Seja bem-vindo(a) a uma nova etapa da sua formação. Estamos aqui para auxiliar você numa jornada rumo ao aprendizado e ao conhecimento.

Você está recebendo o material didático impresso para acompanhamento de seus estudos, contendo as informações necessárias para seu aprendizado e avaliação, exercício de desenvolvimento e fixação dos conteúdos.

Além dele, disponibilizamos também, na sala de disciplina do CEJA Virtual, outros materiais que podem auxiliar na sua aprendizagem.

O CEJA Virtual é o ambiente virtual de aprendizagem (AVA) do CEJA. É um espaço disponibilizado em um *site* da internet onde é possível encontrar diversos tipos de materiais como vídeos, animações, textos, listas de exercício, exercícios interativos, simuladores etc. Além disso, também existem algumas ferramentas de comunicação como *chats* e *fóruns*.


Você também pode postar as suas dúvidas nos fóruns de dúvida. Lembre-se de que o fórum não é uma ferramenta síncrona, ou seja, seu professor pode não estar *on-line* no momento em que você postar seu questionamento, mas assim que possível irá retornar com uma resposta para você.

Para acessar o CEJA Virtual da sua unidade, basta digitar no seu navegador de internet o seguinte endereço: <http://cejarj.cecierj.edu.br/ava>.

Utilize o seu número de matrícula da carteirinha do sistema de controle acadêmico para entrar no ambiente. Basta digitá-lo nos campos "Identificação de usuário" e "Senha".

Feito isso, clique no botão "Acessar". Então, escolha a sala da disciplina que você está estudando. Atenção! Para algumas disciplinas, você precisará verificar o número do fascículo que tem em mãos e acessar a sala correspondente a ele.

Bons estudos!



Estado moderno, cidadania e direitos humanos

Fascículo 3
Unidade 5

Estado moderno, cidadania e direitos humanos

Para início de conversa...

Antes de iniciar o estudo propriamente dito dos temas desta unidade, leia o seguinte trecho:

“

João tem 29 anos de idade e trabalha como pedreiro em uma empresa de construção civil, com carteira assinada. Ele é pai de três crianças, uma das quais é recém-nascida, fato que o levou, dias atrás, a comparecer a um cartório da cidade para providenciar a certidão de nascimento da criança, tal como fez em relação aos seus dois outros filhos mais velhos. Entretanto, o segundo filho de João, que tem cinco anos de idade, possui uma doença rara, cujo tratamento requer um remédio que custa caro. Diante disso, ele procurou o juiz da cidade para obter um **mandado de segurança** a fim de conseguir remédio de graça para seu filho, visto que não pode pagar por ele.

”

Mandado de segurança

É um tipo específico de ação judicial, que tem por finalidade combater atos abusivos e ilegais do próprio Estado, sendo acionado para impedir ou cessar uma evidente lesão a um direito, quando essa lesão parte de uma autoridade pública.

Você acha que João conseguirá o remédio de que necessita? É dever do Estado – do poder público – prover esse medicamento ao seu filho?

Nesta unidade, discutiremos a presença do Estado na vida de todos nós e compreenderemos a forma como os diversos direitos vêm sendo conquistados

pelos cidadãos, ao longo do tempo. Veremos, também, em que medida o Estado garante o atendimento desses mesmos direitos aos indivíduos, especialmente no mundo contemporâneo.

Embora nos tempos atuais o Estado possa ser facilmente percebido na vida do cidadão comum, suas origens podem ser encontradas, ainda, nos séculos XVI e XVII. Vamos, assim, conhecer as origens do Estado e algumas teorias para percebermos como ocorreu a evolução histórica da própria organização social dos humanos e a relação entre direitos e deveres dos indivíduos para viver em sociedade.

Em sua vida cotidiana, certamente há muitas situações que envolvem direitos e deveres em relação à coletividade, não é? Mas quem define ou articula esses direitos e deveres?

É exatamente isso que vamos ver nesta unidade, ao tratarmos de uma figura maior que o indivíduo e que atua na organização da coletividade: o Estado.

Objetivos de aprendizagem

- Reconhecer a origem do Estado moderno nas concepções liberal e marxista.
- Identificar situações que evidenciam a presença do Estado na vida do cidadão.
- Relacionar Estado e direitos humanos, de forma articulada à sua própria vivência.

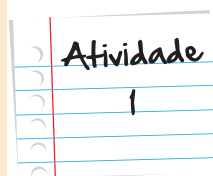
Seção 1

Estado moderno: origem e elementos constitutivos

Em conversas formais ou informais, bem como em espaços sociais diversos, como família, escola e trabalho, as pessoas costumam utilizar a palavra *Estado* em vários sentidos.

Registre os vários significados que você conhece para a palavra *Estado*.

Anote suas
respostas em
seu caderno



Muitas vezes, falamos no Estado como o representante da sociedade como um todo, sendo sua principal função assegurar o bem comum para todos os homens. Mas se o Estado atua na organização da sociedade, como foi que ele surgiu? Será que ele sempre existiu? Quem decide sobre a forma como a sua atuação se dá?

As várias explicações a respeito da origem do Estado são um bom ponto de partida para tentarmos esclarecer essas questões.

Do ponto de vista etimológico, a palavra *Estado* tem origem no termo latino *status*, cujo significado é *estar firme*. Na história, essa palavra aparece, pela primeira vez, na obra *O príncipe*, produzida em 1513, por Maquiavel (1469-1527), filósofo e político italiano.



Em tempos remotos, nos primeiros estágios da evolução política da humanidade, os homens viviam em bandos. Nos bandos, a organização era mínima, pois valia a lei do mais forte sobre o mais fraco. Em um segundo momento dessa evolução, os homens passaram a viver em tribos ordenadas a partir de referências de parentesco, sexo e idade.

Porém, mesmo nesse estágio, os indivíduos ainda não se organizavam em uma comunidade, nos aspectos social e econômico, nem conseguiam exercer um poder de controle sobre o agir dos outros. Isso acontecia, sobretudo, porque todos tomavam as decisões ao mesmo tempo, gerando desunião, destruição e morte.

Com o passar do tempo, os homens passaram a sentir, cada vez mais, necessidade de se organizar para regular as condutas sociais e para resolver os problemas que apareciam em relação a sua própria convivência. Nesse contexto de evolução da humanidade é que surgem as primeiras noções do que mais tarde passaria a ser conhecido como Estado.



Figuras 1, 2, 3, 4 e 5



Quando nos referimos ao Estado com letra maiúscula e no singular, estamos relacionando-o ao conjunto das instituições governamentais, em nível municipal, estadual ou federal. Assim, compõem o Estado uma grande variedade de instituições, como ministérios, tribunais, delegacias do trabalho, câmaras de vereadores, assembleias legislativas, prefeituras e secretarias estaduais e municipais responsáveis pelo atendimento às necessidades dos cidadãos, em diferentes áreas da vida social.

Várias são as teorias que se propõem a explicar o aparecimento do Estado na evolução da humanidade. Veremos, a seguir, duas dessas principais teorias. Uma delas é denominada liberal e a outra, marxista.

As origens do Estado no pensamento liberal

O liberalismo é um sistema político-econômico cujas bases estão na defesa da liberdade individual nas várias áreas da vida humana – econômica, política, religiosa e intelectual. Para os defensores do liberalismo, o Estado foi criado para servir os indivíduos, e não o contrário, daí afirmarem que o exercício da liberdade individual é algo naturalmente bom e que deve ser assegurado a cada pessoa. Em consequência disso, o liberalismo é contra o forte controle do Estado na economia e na vida de cada indivíduo.

A palavra *liberal* está associada à teoria política surgida na Europa, no século XVII, que veio sendo ampliada nos séculos seguintes, alcançando outras áreas da vida social, como a econômica.



O conjunto de ideias que sustentam o liberalismo foi elaborado por pensadores ingleses e franceses, no contexto das lutas de classes dos nobres contra a burguesia, nos séculos XVII e XVIII.



O início do pensamento liberal remonta a Thomas Hobbes, pensador inglês que viveu entre 1588 e 1679. De acordo com Hobbes, no início da evolução da humanidade, os indivíduos viviam em um estado de *natureza*, em que cada um guardava e defendia somente seus próprios interesses, como algo que qualquer indivíduo pode zelar, sem maiores preocupações com a coletividade. Entretanto, à medida que os grupos foram crescendo e ainda não havia uma força ou instituição que efetivamente assegurasse os direitos da coletividade, foi surgindo a *guerra de todos contra todos*. Portanto, nesse contexto, valia a lei do mais forte, não o direito à vida.



Figura 6: Thomas Hobbes.



Figura 7

O estado de natureza – também chamado *estado natural* – é aquele anterior à constituição de uma sociedade dotada de regras capazes de levar à organização dos interesses dos seus indivíduos. Trata-se de um estágio da sociedade em que não havia um governo capaz de estabelecer a ordem, favorecendo ao constante estado de guerra de uns contra os outros.



Figura 8: Jean-Jacques Rousseau.

Nesse contexto, e diante do risco de perder os direitos que cada homem pensava ter, a coletividade acabou por concordar em passar alguns dos seus direitos para uma força maior, que estava acima da vontade individual de cada homem considerado sozinho. Essa força maior é o Estado. Sob esse ponto de vista, a origem do Estado está associada ao fim da luta de todos contra todos, permitindo a paz necessária para a vida individual e coletiva. Assim, o Estado foi criado pelos próprios indivíduos para regular suas condutas em sociedade, mediante um pacto entre eles.

Outro autor que nos ajuda a entender a origem do Estado, enfatizando a necessidade desse pacto social entre os indivíduos é Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), filósofo, político e escritor nascido em Genebra/Suíça. Para esse teórico, o Estado teria surgido de um contrato social firmado pelos homens, visando atender as necessidades de

sobrevivência deles. A realização do contrato entre os indivíduos implica que cada um deles renuncie à sua própria vontade, em nome de uma vontade mais geral – o Estado –, que deve exercer a soberania, em nome do bem coletivo.

Basicamente, esse pacto teria sido feito porque os indivíduos isolados não seriam capazes de enfrentar com sucesso nem as forças da natureza que os atacavam constantemente, tampouco as próprias dificuldades resultantes das lutas entre eles.

As origens do Estado no pensamento marxista

Entretanto, há uma segunda grande perspectiva teórica que explica a origem do Estado, de outra forma. Essa visão – denominada *marxista* – é defendida por pensadores críticos, como Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895).

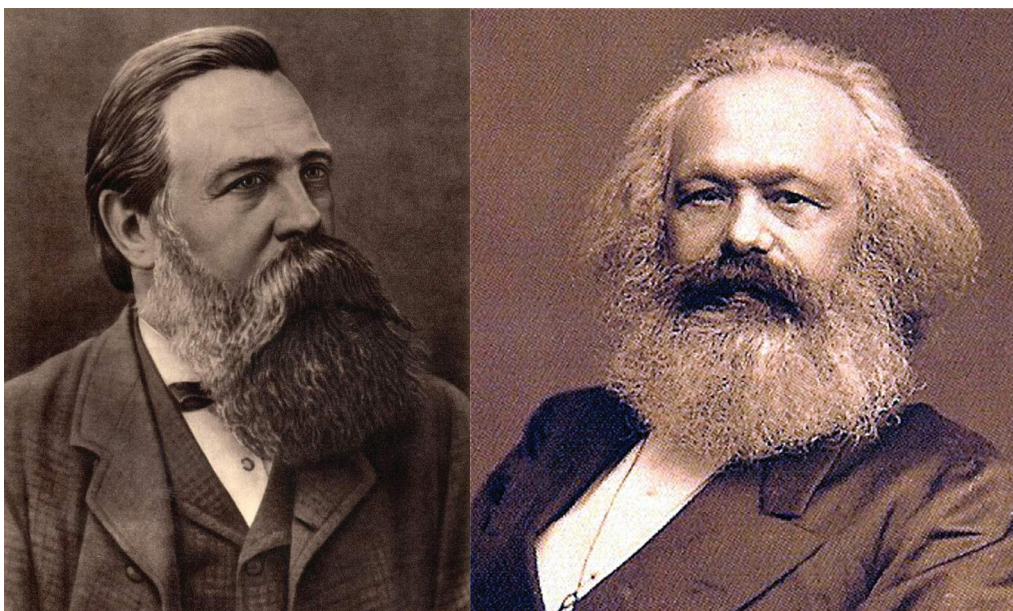


Figura 9: Friedrich Engels (esquerda) e Karl Marx (direita).

Um dos pilares do pensamento marxista é a compreensão da organização social a partir da dinâmica da luta entre as duas classes que formam a sociedade: a burguesia, a classe dominante, e o proletariado, a classe de trabalhadores. Tomando como base esse pressuposto, a teoria marxista parte do princípio de que o Estado surgiu com a propriedade privada. Ao analisar a origem e função do Estado, Marx – importante economista, filósofo e pensador socialista alemão – posiciona-se contrariamente às teorias liberais contratualistas, analisadas anteriormente. Para ele, o Estado é uma instituição que não representa uma vontade geral, nem busca a igualdade perante a lei ou os direitos dos indivíduos. Ao contrário, em sua origem, ele já se revela como uma instituição cuja função contribui para o domínio de uma classe sobre a outra, no caso, a burguesia sobre o proletariado.

Do ponto de vista teórico, o marxismo corresponde a um conjunto de ideias filosóficas, econômicas, políticas e sociais a respeito da forma como os homens se organizam e produzem sua existência em sociedade. Para tanto, interpreta a vida social tomando como referência a dinâmica da luta de classes entre as duas classes que formam a sociedade – a burguesia e o proletariado.

Nesse sentido, como classe dominante, a burguesia corresponde aos grupos que controlam o processo econômico e social na sociedade capitalista, à medida que ela detém os meios e os recursos para organizar a produção econômica nessa sociedade, ainda que não possua o controle absoluto da expansão econômica. Por sua vez, o proletariado corresponde à classe que se opõe, por meio de lutas, à burguesia na sociedade capitalista. Como classe, o proletariado não possui os meios da produção, necessitando, assim, vender sua força de trabalho para sobreviver.



Observe como a visão marxista encara o Estado de maneira oposta àquela defendida pelo liberalismo. Segundo o marxismo, o Estado não é neutro, nem está a serviço de todas as classes sociais, mas sim das camadas dominantes da sociedade, que são donas do capital. Para os teóricos marxistas, o Estado não está acima dos conflitos de classe, mas profundamente envolvido neles, pois alimenta a desigualdade entre os homens. Ele seria a expressão da dominação de uma classe sobre a outra.



O marxismo é um conjunto de doutrinas sociais e filosóficas cuja origem está relacionada ao pensamento de Karl Marx (1818-1883). Embora, como sistema ideológico, possua diversas vertentes, o marxismo critica radicalmente o capitalismo e defende a emancipação dos homens numa sociedade sem classes (SOUZA, 2006, p. 23).

Você percebe como são diferentes as interpretações sobre a origem, a constituição e as funções do Estado? Conhecer essas interpretações nos ajuda a compreender duas importantes questões: (I) a própria organização social do homem acontece no decorrer da evolução histórica, (II) o Estado é uma “produção” humana e, como tal, está sujeito a interesses inerentes ao homem, ou seja, a grupos sociais.

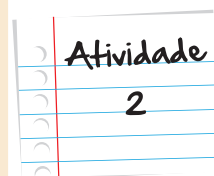
Voltemos, então, a uma das questões propostas no início desta seção: Quem decide sobre a forma como a atuação do Estado se dá? Como são definidos os direitos e deveres dos indivíduos para viver em sociedade?

As discussões sobre a origem do Estado já nos ajudam, em si, a compreender que a definição dos direitos e deveres do homem em sociedade são um produto de lutas e mobilizações sociais ao longo da história.

Esses direitos e deveres definidos pelo social devem, ou deveriam, ser a base de atuação para o Estado, como representante do coletivo. Entramos, então, na ideia de cidadania, assunto sobre o qual falaremos na próxima seção!

Registre CL ou CM, conforme as alternativas a seguir se refiram, respectivamente, à origem do Estado, segundo a concepção liberal ou a concepção marxista.

- a. () O surgimento do Estado toma, como base, a realização de um pacto social pelos indivíduos, com o objetivo de preservar a vida e o bem comum.
- b. () A origem do Estado o revela como uma instituição que visa contribuir para o domínio de uma classe sobre a outra, e para as desigualdades entre os homens.
- c. () O Estado surge quando cada indivíduo concordou em lhe transferir alguns dos seus direitos, diante do risco de perder os direitos que julgava possuir.
- d. () O surgimento do Estado mostra que ele não é neutro, nem está a serviço de todos os grupos sociais, mas daqueles que são dominantes na sociedade.
- e. () O Estado aparece e ganha legitimidade à medida que representa a vontade geral, e apresenta normas para a regulamentação da vida social.



Seção 2

A presença do Estado na vida do cidadão

Para uma melhor compreensão da discussão proposta nesta seção, convidamos você a reler o caso relatado no início desta unidade de estudo, a respeito das situações cotidianas vividas pelo pedreiro João.

Ao reler o caso, você pode ter pensado a respeito de outras situações em que, no mundo contemporâneo, o Estado se faz presente na vida cotidiana do cidadão, inclusive na sua, em diversas esferas – política, social, cultural, econômica, escolar etc. Isso ocorre quando ele, por exemplo:

- multa um motorista que dirige seu carro e não para em um sinal vermelho;
- pune empresas que venham a poluir uma lagoa que abastece uma cidade com água;
- taxa a renda na fonte, sem o seu consentimento;
- emite certificado de reservista para homens brasileiros, com 18 anos de idade;
- exige que cada criança, ao nascer, seja registrada em cartório;

- reverte em políticas ou obras sociais os impostos que cobra dos indivíduos;
- investe em diversas áreas, como educação, saúde, habitação, transporte, saneamento, lazer etc.
- assegura o direito dos indivíduos à liberdade religiosa.

Exemplos de situações nas quais o Estado está presente na vida cotidiana dos cidadãos:



Figuras 10, 11, 12 e 13

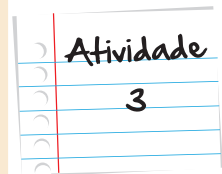
De acordo com o momento histórico, o Estado assume características determinadas. Afinal, sendo também uma construção dos homens, ele sofre as consequências da própria evolução histórica. Hoje, o Estado mostra-se presente na vida dos cidadãos quando assegura diretamente a subsistência deles, por meio, por exemplo, dos empregos e pensões previdenciárias que oferece a um grande número de pessoas. No entanto, isso não foi sempre assim. Nem significa que, ainda hoje, as necessidades dos indivíduos nessa e em outras áreas estejam sendo atendidas plenamente pelo Estado. Daí as lutas históricas pelas conquistas dos direitos dos cidadãos, como estudaremos na próxima seção.

Como você pode perceber, na atualidade, o Estado intervém na vida do cidadão comum mais do que em qualquer outro momento da história. Na verdade, ele pode se manifestar, inclusive, em relação ao volume de informações que obtém dos indivíduos. Por exemplo, quando o indivíduo repassa informações relativas a sua renda, ao declarar seu imposto de renda anualmente.

Em consequência, o Estado acaba exercendo um controle de força e coerção sobre os próprios membros que o compõem. Mas será que ele se reduz a isso? Não. Como se diz no popular: é preciso ver os dois lados da moeda. Na verdade, o Estado exerce também outras funções na vida do cidadão, como quando assegura direitos aos indivíduos, conforme você pode constatar relendo a lista de exemplos que apresentamos anteriormente, ou então quando lhes garante, dentre outros, os direitos de ir e vir, de escolher seus representantes etc.

Reflita a respeito da presença do Estado em sua vida, como estudante e/ou profissional e cidadão. Em seguida, preencha o quadro apresentado a seguir, indicando quatro deveres e quatro direitos seus em relação ao Estado.

Presença do Estado em situações sociais cotidianas da minha vida como cidadão (exemplos)	
Direitos	Deveres
1.	1.
2.	2.
3.	3.
4.	4.



Seção 3

Estado, cidadania e direitos humanos

Observe estas fotos:



Figuras 14, 15 e 16

Podemos ver, nessas diversas situações, grupos sociais se organizando para ampliar e fazer valer o cumprimento dos seus direitos. Mas será que se esses grupos não se mobilizassem para fazer isso eles conseguiriam assegurar esses direitos? Na verdade, na atualidade, vivemos em uma sociedade em que os direitos dos cidadãos têm sido ampliados. Isso decorre de uma longa evolução história e de lutas!

É muito comum, nos tempos atuais, ouvirmos dizer que somos cidadãos e temos de lutar pela garantia dos nossos direitos. Mas de onde vêm esses direitos e o que significa ser cidadão? De início, é importante registrar que a cidadania é construída em diversos espaços sociais, demandando a mobilização dos indivíduos, para que sejam garantidos e cumpridos os seus direitos. A escola, por exemplo, configura-se como um desses espaços.

Vejamos outro exemplo cotidiano: o caso das pessoas portadoras de necessidades especiais. Elas também têm lutado pelo reconhecimento dos seus direitos, para que o Estado as atenda em suas diferenças.

Assim, estacionamentos privativos, rampas, elevadores, espaços físicos reservados no andar térreo dos edifícios e outras medidas para o atendimento dessas pessoas não podem ser vistos como favores do poder público, mas, ao contrário, como atendimento aos seus direitos, na condição de cidadãos. Por isso, as pessoas que apresentam determinadas diferenças – no caso, necessidades especiais – devem ter seus direitos respeitados, sem preconceito ou discriminação.

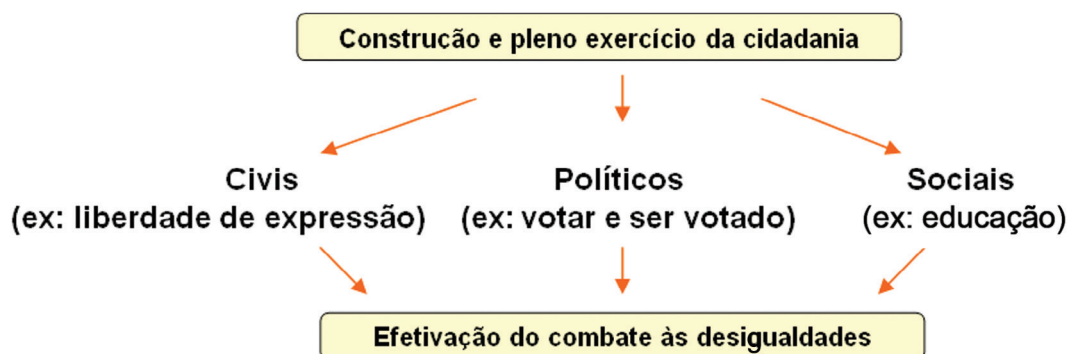


Figura 17

De fato, os direitos do indivíduo, como no caso da educação, não são “concessões” do governo, mas produto de lutas sociais, das quais participam os movimentos populares – também chamados movimentos sociais. De naturezas

bastante diversas na sociedade, esses movimentos representam grupos que lutam pelo exercício da cidadania – negros, homossexuais, mulheres, ecologistas, educadores, sindicalistas diversos etc.

Para Thomas H. Marshall, sociólogo e cientista político britânico, ser cidadão implica desfrutar basicamente de três tipos de direitos – civis, políticos e sociais –, que devem ser garantidos pelo poder público. Como são interdependentes, essas dimensões da cidadania devem ser compreendidas em sua relação de complementaridade entre si.



Para o referido autor, a cidadania pode ser definida basicamente pelo conjunto desses direitos, que foram aparecendo em diferentes momentos da humanidade. Porém, apesar das grandes contribuições para a discussão do tema em questão, esse pensador não considerou em sua teoria a ideia de que tanto a origem quanto o percurso percorrido pelos indivíduos para construir esses direitos mostram-se de maneira diferente em cada sociedade.

Ainda que a questão dos direitos humanos continue sendo objeto de luta por parte de diversos setores da sociedade, é importante destacar que eles foram conquistados por gerações sucessivas, que se somam e são interligadas. O que isso significa? Significa que cada geração de direitos incorpora as conquistas da anterior, ao mesmo tempo em que avança para novas conquistas.



“

Os direitos de primeira geração são: Direitos Civis e Políticos, ou seja, os direitos de votar e ser votado, liberdade de locomoção, de ir e vir, de propriedade de segurança, de expressão e crença religiosa; os de segunda geração são os Direitos Sociais – direitos de igualdade de acesso à educação, saúde, moradia, lazer –, o que chamamos também de direitos fundamentais; os de terceira geração são os Direitos dos Povos – direito à solidariedade e ao desenvolvimento – e os de quarta geração são os Direitos relativos à vida em uma dimensão planetária, ou seja, uma vida saudável, em harmonia com a natureza (MONTEIRO, 2002, p. 175-176).

”

Como sabemos, a Constituição é a lei máxima de um povo. No caso do Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu os direitos e deveres de cada cidadão. Veja, abaixo, o que dispõe nossa Carta Magna, em seu Capítulo II, Dos Direitos Sociais.



Art. 6º – São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 2000).

Como você pode ver, nossa Constituição assegura diversos direitos sociais ao cidadão. Observe que o trabalho está entre esses direitos.

Refleta a respeito das seguintes questões:

- Todo brasileiro tem condições de vida digna?
- Todo cidadão brasileiro tem seus direitos assegurados e cumpridos pelo poder público?

Por que acreditamos que você não tenha respondido afirmativamente a essas duas perguntas ou a outras de igual natureza? Porque, certamente, você já deve ter percebido que entre aquilo que é estabelecido nas leis e sua aplicação no cotidiano social há uma distância considerável, não é verdade? No caso do Brasil, isso também acontece, apesar de sermos um dos países que mais avançaram em termos de legislação, visando à garantia dos direitos humanos.

Em uma visão crítica, a cidadania é uma condição indispensável para que as pessoas possam usufruir dos direitos já socialmente conquistados, e que devem ser garantidos pelo poder público, em suas várias esferas – federal, estadual e municipal. Por isso, esses direitos e a cidadania são construções históricas.



A necessidade de o Estado assumir um caráter democrático no mundo atual nos permite diferenciar dois tipos de cidadania – cidadania passiva (aquela delegada ao cidadão, por meio, por exemplo, da Constituição Federal) e cidadania ativa (a que efetivamente possibilita ao indivíduo, como portador de direitos e deveres, abrir novos espaços de participação política).

Esse processo histórico de participação política dos cidadãos na construção de um Estado democrático tem ampliado a noção dos direitos do indivíduo. Veja, no quadro a seguir, a abrangência da noção atual de direito, relacionado à cidadania.

Tipos de direitos	Exemplos de abrangência desses direitos
Civis	Liberdade de expressão, pensamento, privacidade, autonomia pessoal, circulação, residência etc.
Políticos	Liberdade de reunião política, adesão a sindicatos e associações profissionais, de eleger e ser eleito para cargos públicos etc.
Econômicos	Liberdade de dispor de propriedade, escolher ou mudar de emprego, estabelecer um negócio etc.
Sociais	Proteção à segurança social, educação, família, infância, juventude, qualidade de vida, maternidade, paternidade, ambiente etc.
Culturais	Promoção à igualdade de oportunidades na educação, cultura, ciência, cultura física, participação democrática no ensino, na criação cultural e no desporto etc.

A cidadania é um processo ativo, pois contribui para a construção de uma sociedade justa, igualitária e democrática. Faça parte dessa luta!



Quando falamos em cidadania, nos referimos, na verdade, a um poderoso instrumento que muito pode contribuir para a diminuição das desigualdades sociais. Como estudado na Unidade 4, a sociedade capitalista revela expressivas desigualdades sociais. Porém, é neste mesmo cenário que a cidadania precisa ser construída e vivida!

A luta pela conquista de direitos e ampliação da cidadania implica, inclusive, a busca por assegurar salários e condições dignas para os trabalhadores, que vivem em meio a intensas mudanças sociais.

Um bom exemplo bastante atual disso são as recentes transformações nas formas de organização familiar na nossa sociedade. Você conhece alguma mulher que tenha assumido a condição de chefe de família, ou seja, que responde, ao mesmo tempo, pelo sustento e pela educação da família?

Sobre esse assunto, observe os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apresentados a seguir.

Os chefes de família – pessoas responsáveis pelos domicílios

Ano	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
2001	33.634.466	75,1	11.160.635	24,9	44.795.101	100,0
2007	39.513.102	67,0	19.532.204	33,0	59.045.306	100,0

Fonte: PNAD/IBGE (2002 e 2008)

Compare os percentuais relativos ao número de homens responsáveis pelos domicílios no Brasil, em 2001 e 2007, com aqueles referentes às mulheres brasileiras que também têm assumido esse mesmo papel, no mesmo período. Veja que há diferença entre os percentuais relativos a homens e mulheres como chefes de família nos anos indicados.

Como você percebe, há uma redução, da ordem de $-8,1\%$, no número de lares brasileiros que estão sob a responsabilidade de pessoas do sexo masculino, pois há uma diminuição de $75,1\%$ para $67,0\%$. Em direção contrária, percebe-se que, no mesmo período, há um crescimento, também de $8,1\%$, no número de lares que passaram a ter como responsáveis as mulheres, pois os percentuais passaram de $24,9\%$ para $33,0\%$, no período analisado.

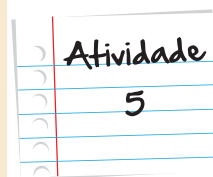
Observe que, em função das transformações da sociedade atual, as mulheres estão assumindo cada vez mais a condição de chefes de família. E, no entanto, ao mesmo tempo que respondem pelo sustento e educação da família, essas mulheres brasileiras ainda enfrentam preconceitos diante da sociedade, concorda? (Note que essa pode ser uma diferença transformada em desigualdade social, nos termos da discussão que fizemos na Unidade 7, lembra-se?)

Mulheres chefes de família estão, assim, em processo de luta pelo reconhecimento social dessa importante responsabilidade!

Com base na análise feita dos dados apresentados na tabela, indique duas ações de apoio que, em sua opinião, o Estado pode criar ou ampliar para essas mulheres que respondem pelos seus lares.

Vale enfatizar que, por ocorrerem em meio a lutas travadas na sociedade burguesa ou capitalista, as conquistas pelos direitos de cidadania – como o trabalho – assumem um caráter histórico.

Anote suas
respostas em
seu caderno





Como o movimento da história é dinâmico e contraditório, é na própria sociedade capitalista que esses direitos se desenvolvem e se efetivam. Dessa forma, particularmente, a cidadania de natureza social torna-se importante por ser “o conjunto de direitos e obrigações que possibilita a participação igualitária de todos os membros de uma comunidade nos seus padrões básicos de vida” (MARSHALL, 1967, p. 78).

Discutir direitos do cidadão implica, ainda, refletir também sobre seus deveres. Um exemplo: o seu direito de credo religioso implica o dever de respeitar o direito de expressão religiosa dos outros, seja ela qual for. Como diz o ditado popular: a cada direito, um dever! Outro exemplo: os direitos econômicos que o indivíduo tem para assinar algum tipo de contrato implicam responsabilidades de caráter social e fiscal, pagando impostos.

Como vimos nesta unidade, a origem do Estado pode ser explicada por diferentes abordagens teóricas. As teorias contratualistas – de natureza liberal – defendem que o Estado aparece em decorrência de um contrato social proposto e aceito pelos indivíduos, que percebem ser preciso renunciar a uma parte de sua liberdade, a fim de preservar a liberdade e a sobrevivência da coletividade.

Em uma visão contrária, o marxismo entende que o Estado surgiu em função da propriedade privada, motivo pelo qual sempre se mostrou articulado aos interesses dos grupos dominantes na sociedade. Dessa forma, ele assume a função de exercer o controle de força e coerção sobre os próprios indivíduos que o compõem, porém, defendendo os objetivos definidos pelos grupos que detêm o poder na sociedade.

Estudamos também que é bastante abrangente a noção de direitos relacionados à cidadania. Além dos direitos civis, políticos e sociais, no mundo atual o cidadão tem conquistado outros direitos, como culturais, ambientais, do consumidor etc. A luta pela conquista desses e de outros direitos é histórica, visto que todo direito não é concedido ao cidadão, mas conquistado, constituindo-se objeto de luta, ao longo da história!

Veja ainda

Visando à ampliação dos seus conhecimentos a respeito dos temas abordados neste capítulo, fazemos a seguinte sugestão:

Filme

- *A guerra do fogo*

Produção franco-canadense de 1981, dirigida por Jean-Jacques Annaud. Filme clássico que, embora se concentre na descoberta do fogo, permite uma análise interessante do homem pré-histórico em luta com tribos inimigas e feras que habitam um ambiente hostil, até o surgimento de seus primeiros sentimentos e dos passos da civilização em que vivemos.

Bibliografia comentada e referências

- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993 (Coleção Primeiros Passos, volume 13).

Este livro analisa o conceito de ideologia, utilizando uma linguagem clara e muitos exemplos da vida cotidiana do cidadão. Além disso, faz um histórico do termo *ideologia*, recorrendo às ideias dos clássicos do pensamento da teoria sociológica e da política sobre o tema. A última parte do livro discute o conceito marxista de ideologia, bem como as relações entre Estado e poder.

- COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania?** São Paulo: Brasiliense, 2001 (Coleção Primeiros Passos, volume 250).

Também este livro possui linguagem fácil e discute a cidadania como um conceito relacionado ao aparecimento da vida nas cidades. Nele, a cidadania é abordada como o direito à vida em seu mais pleno sentido, e como algo que precisa ser construído coletivamente, visando ao atendimento às necessidades básicas do homem – alimentação, habitação, saúde, educação, transporte etc.

- PAULO NETTO, José. **O que é marxismo**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002 (Coleção Primeiros Passos, volume 148).

Este livro faz parte da mesma coleção dos anteriores e, na mesma linha, é introdutório da temática que se propõe a abordar – o marxismo. A discussão feita a respeito dos pressupostos do pensamento social de Karl Marx é bastante elucidativa e permite compreender a posição do autor em relação ao surgimento do Estado.

- SOUSA, José Vieira de. **Trabalho escolar e teorias administrativas**. Brasília: MEC/SEB, 2006.

- MONTEIRO, Aída Maria. Escola, sociedade e cidadania. In: SALGADO, Maria Umbelina Caiafa; MIRANDA, Glauro Vazques de. **Veredas: formação superior de professores**. Módulo 2, v. 1. Belo Horizonte: SEEMG, 2002. p. 171-189.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional de amostra por domicílio**: 2001. São Paulo: IBGE, 2002.
- MARSHALL, Thomas Humprey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

Imagens



- Acervo pessoal • Andreia Villar



- http://es.wikipedia.org/wiki/archivo:a_smoky_day_at_the_sugar_bowl--hupa.jpg



- http://pt.wikipedia.org/wiki/ficheiro:maciejowski_tower_of_babel.jpg



- http://commons.wikimedia.org/wiki/file:louis_xvi_chevaliers_du_saint-spirit.jpg



- http://en.wikipedia.org/wiki/File:Chartist_meeting,_Kennington_Common.jpg



- http://pt.wikipedia.org/wiki/ficheiro:1%c2%ba_maio_1980_porto_by_henrique_matos.jpg – Henrique Matos



- http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Thomas_Hobbes.jpeg?uselang=pt-br



- <http://pt.wikipedia.org/wiki/ficheiro:battle-poitiers%281356%29.jpg>



- http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jean-Jacques_Rousseau_%28painted_portrait%29.jpg?uselang=pt-br



- http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Friedrich_Engels_HD.jpg



- http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Karl_Marx.jpg?uselang=pt-br



- <http://www.quissama.rj.gov.br/index.php/2009/05/22/governo-envia-projeto-sobre-aumento-de-vagas-no-magisterio/>



- <http://www.sxc.hu/photo/689509>



- http://www.feliz.rs.gov.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=53116



- <http://www.flickr.com/photos/agecombahia/5285488465>



- http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Diretas_ja_1.JPG



- <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Greve.jpg>



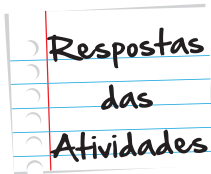
- <http://www.flickr.com/photos/cbnsp/2551744025>



- <http://www.flickr.com/photos/alextobias/4474521002>



- <http://www.sxc.hu/photo/517386> • David Hartman.



Atividade 1

Você pode ter se lembrado de diversos sentidos para o termo *Estado*. Veja algumas dessas possibilidades:

- condição civil do indivíduo (solteiro, casado, viúvo, desquitado etc.);
- Unidade da Federação: Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso etc.;
- associação às emoções: agitação, calma, choque, ansiedade etc.;
- em um sentido mais político-jurídico, *Estado* correspondendo à noção de poder público – municipal, estadual, municipal.

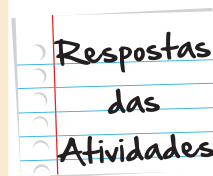
Atividade 2

- a. CL
- b. CM
- c. CL
- d. CM
- e. CL

Atividade 3

Dependendo de sua vivência, as respostas para esta questão poderão ser bastante diversificadas. Veja, no quadro a seguir, algumas possibilidades.

Presença do Estado em situações sociais cotidianas da minha vida como cidadão (exemplos)	
Direitos	Deveres
1. Votar e ser votado para a ocupação de cargos públicos, atendendo a critérios.	1. Votar para eleição de vereador, prefeito, presidente da República etc.
2. Trabalhistas (13º terceiro, férias remuneradas etc.).	2. Pagar a parcela de contribuição da Previdência Social, como trabalhador.
3. Liberdade para expressar minhas ideias.	3. Respeitar o credo religioso dos outros.
4. Acesso à educação, aos serviços públicos de saúde etc.	4. Obedecer ao Regimento da Escola, discutindo-o, em caso de dúvidas.



Atividade 4

Resposta: Letra a.

Atividade 5

As ações indicadas neste item são de natureza pessoal. Todavia, sugerimos três delas, para que você veja se propôs outras parecidas:

- garantia efetiva de remuneração igual para homens e mulheres que desempenham funções profissionais semelhantes, para evitar que uma diversidade cultural continue sendo transformada em desigualdade social;
- fiscalização mais efetiva, por parte do Estado, em relação ao cumprimento dos direitos das trabalhadoras;
- combate efetivo à discriminação por cor, diante do fato de que as mulheres negras, em nosso país, ter menor remuneração do que as de cor branca.



O que perguntam por aí?

Questão 1 (ENEM/2009)

A falta de espaço para brincar é um problema muito comum nos grandes centros urbanos. Diversas brincadeiras de rua, tal como o pular corda, o pique-pega e outras têm desaparecido do cotidiano das crianças. As brincadeiras são importantes para o crescimento e desenvolvimento das crianças, pois desenvolvem tanto habilidades perceptivo-motoras quanto habilidades sociais.

Considerando a brincadeira e o jogo um importante instrumento de interação social, pois por meio deles a criança aprende sobre si, sobre o outro e o sobre o mundo ao seu redor, entende-se que:

- a. ☐ o jogo possibilita a participação de crianças de diferentes idades e níveis de habilidade motora.
- b. ☐ o jogo desenvolve habilidades competitivas centradas na busca da excelência na execução de atividades do cotidiano.
- c. ☐ o jogo gera um espaço para vivenciar situações de exclusão que serão negativas para a aprendizagem social.
- d. ☐ através do jogo, é possível entender que as regras são construídas socialmente e que não podemos modificá-las.
- e. ☐ no jogo, a participação está sempre vinculada à necessidade de aprender um conteúdo novo e de desenvolver habilidades motoras especializadas.

Resposta: Letra a.



Até
breve!



Atividade extra

Questão 1

Um forte elemento utilizado para evitar as tendências desagregadoras das sociedades modernas é:

- a. o isolamento virtual.
- b. o isolamento físico.
- c. a cidadania.
- d. a disputa profissional.

Questão 2

Um dos exemplos abaixo não condiz com um comportamento esperado do cidadão:

- a. respeitar o sinal vermelho.
- b. não jogar lixo no chão.
- c. não pichar placas de sinalização.
- d. não pagar impostos.

Questão 3

O marxismo é um conjunto de doutrinas sociais e filosóficas cuja origem está relacionada ao pensamento de Karl Marx (1818-1883). Embora possua, como sistema ideológico, diversas vertentes, o marxismo critica radicalmente o capitalismo e defende a emancipação dos homens numa sociedade sem classes (SOUZA, 2006, p. 23).

Um dos pilares do pensamento marxista é a compreensão da organização social a partir da dinâmica da luta de classes. Assinale a alternativa correta sobre a visão do Estado capitalista na perspectiva marxista.

- a. Não representa a vontade de todos nem busca a igualdade.
- b. Representa a vontade de todos, buscando a igualdade.
- c. Proporciona aos indivíduos o bem comum.
- d. Não faz distinção entre classes sociais.

Questão 4

O início do pensamento liberal remonta a Thomas Hobbes, pensador inglês que viveu entre 1588 e 1679. De acordo com Hobbes, no início da evolução da humanidade, os indivíduos viviam em um estado de *natureza* que significa também:

- a. estado artificial.
- b. estado novo.
- c. estado natural.
- d. estado cultural.

Questão 5

O marxismo interpreta a vida social tomando como referência a dinâmica da luta de classes entre duas classes que formam a sociedade.

O texto refere-se às seguintes classes:

- a. comerciante e empregados.
- b. burguesia e proletariado.
- c. burguesia e assalariado.
- d. comerciante e assalariado.

Gabarito

Questão 1

A	B	C	D
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

Questão 2

A	B	C	D
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

Questão 3

A	B	C	D
<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Questão 4

A	B	C	D
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

Questão 5

A	B	C	D
<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



Educação e saúde

Fascículo 3
Unidade 6

Educação e saúde

Para início de conversa...

Na unidade anterior, discutimos a sociedade de consumo e a indústria cultural, caracterizando esta última como produto da sociedade industrial e como estimuladora de comportamentos consumistas, ao utilizar, dentre outros, os meios de comunicação de massa para alcançar seus objetivos. Vimos, também, o lazer como um direito social.

Levando em conta a discussão feita a respeito do último tema, trataremos, nesta unidade, de dois outros direitos sociais – educação e saúde. Para tanto, é importante lembrar, desde já, que esses dois direitos também são historicamente construídos.

Leia as seguintes manchetes, extraídas de jornais, sobre a educação em nosso país e reflita sobre as questões a seguir:

■ Ensino reprovado

As escolas públicas de Pernambuco da 5ª a 8ª série tiraram 2,4, a pior nota do país no IDEB, índice federal que avalia o ensino. Na mesma faixa de turmas, o Recife é lanterna entre as capitais, com 2,2. Quase todas as unidades brasileiras tiveram média abaixo de 5.

Fonte: *Jornal do Comércio*, 27.04.2007

■ Vizinhos de SP têm pior ensino público

Estudantes de municípios próximos à capital paulista têm desempenhos piores do que os de cidades pobres do Nordeste. [...] Levantamento feito pela Folha na Prova Brasil, exame do MEC, revela que a melhor educação está no interior do Sul e no Sudeste do país.

Fonte: *Jornal Folha de S. Paulo*, 11.02.2007

A educação no país do Tiririca

Em um ranking de 65 países somos o 53º colocado em Leitura e Ciências e 57º em Matemática. O Pisa tem como método a avaliação do desempenho de alunos do Ensino Fundamental e Médio em três áreas: Leitura, Matemática e Ciências. A média brasileira nessas disciplinas foi de 401 pontos, bem inferior da pontuação dos países mais desenvolvidos, que obtiveram 496 pontos. Em leitura, o Brasil alcançou 412 pontos; em Matemática, 386 e em Ciências 405.

Fonte: <http://jmanchetepopular.com.br>,
31.07.2011 – Acesso em 23.08.2011

A partir da leitura dessas manchetes, o que você pode concluir sobre a educação como um direito no nosso país? A educação de qualidade é igualmente acessível a todos os cidadãos? E a saúde? Como você avalia os serviços públicos de saúde no Brasil?

Percebemos que, apesar de o Artigo 6º da Constituição Federal de 1988 estabelecer os direitos sociais e, por meio deles, as condições mínimas para que o cidadão brasileiro viva em sociedade, ainda há um longo caminho de luta para garantir que esses direitos sejam assegurados com a qualidade necessária e sem qualquer tipo de distinção.

Nesta unidade, trataremos da educação e da saúde como dois desses direitos sociais, lembrando, porém, que os demais também são de extrema importância para a vida em sociedade.

Objetivos de aprendizagem

- Conceituar educação como prática social e como processo formal desenvolvido pela escola.
- Reconhecer a educação como processo de socialização para a construção das identidades social e cultural dos indivíduos nas sociedades modernas.
- Analisar as diferentes dimensões do conceito de saúde na sociedade atual.

Seção 1

Educação: conceito, importância e formas de expressão na sociedade

Você já parou para pensar como, nos últimos tempos, parece que o mundo ficou menor, considerando a velocidade com que a informação circula entre todos os países? Um terremoto no Japão, um ataque numa região conflituosa, um lançamento de um filme nos Estados Unidos, uma crise econômica financeira na Europa, todas essas são informações às quais temos rápido acesso e sobre as quais somos convidados a refletir, a fazer julgamentos e a emitir opiniões. Afinal de contas, vivemos no mesmo mundo e nos relacionamos com ele de forma cada vez mais intensa, isto é, globalizada.

A globalização pode ser entendida como um processo que tem levado os países a se tornar cada vez mais interligados em suas relações culturais, econômicas, comerciais e financeiras. Esse processo tem suas raízes históricas na sociedade industrial, sendo uma de suas mais marcantes características o papel desempenhado pelos meios de informação e comunicação. (PRETTI; SOUSA; SPELLER, 2004, p. 85).

Saiba Mais



Figura 1

No mundo atual, a informação e a comunicação assumem crescente importância na vida dos homens. Em consequência disso, o conhecimento que circula na sociedade constitui elemento indispensável para os cidadãos desenvolverem a capacidade de ler e interpretar dados e informações de diversas naturezas. Nesse sentido, a educação e a escola também passam a ocupar um papel cada vez mais importante nessa mesma sociedade!

Por outro lado, como vimos na unidade anterior, na sociedade contemporânea, denominada sociedade do consumo, os indivíduos têm desenvolvido comportamentos consumistas, estimulados pelos meios de comunicação de massa. Você sabia que, no combate a esse tipo de comportamento, a educação pode assumir um papel muito importante? Leia, na citação a seguir, como é atribuída à educação uma grande importância nesse processo.

“

Acredito que a saída é a educação. A sociedade organizada pode contribuir, ajudando na conscientização e na capacitação da população, a fim de que todos adquiram uma atitude mais crítica de consumo, mais responsável, mais solidária. Já a melhor maneira de ensinar é pela cidadania. Isso acontece quando você batalha para que as pessoas tenham seus direitos respeitados, condições de vida dignas e políticas públicas. Assim, estaremos trabalhando contra esse mercado de consumo, que acaba sendo seletivo, desigual, cultural e frustrador.

Fonte: <http://www.idec.org.br/consumidorsa/0112.htm>. Acesso em 06.05.2011

”

A educação pode ter, portanto, um papel fundamental na formação de um consumidor consciente. Mas é bom destacar, logo de início, que ela é um processo que não acaba nunca na vida do indivíduo, pois o acompanha ao longo de toda a sua existência. Afinal, como o poeta já dizia, “o tempo não para”!

A educação é um processo que nos acompanha a vida inteira. Quanto mais vivemos, mais aprendemos, dentro e fora da escola! Por isso, dizemos que ela, na formação dos indivíduos, é algo que nunca se completa, um processo que não acaba nunca, afinal:

“

[...] a educação não acaba com a idade adulta, como acredita a concepção tradicional de educação. O homem é sempre educável e essa educabilidade inacabada do homem se cumpre das mais diferentes formas. Os meios de comunicação de massa estariam educando ininterruptamente e pela vida afora. A própria escola não seria mais uma instituição destinada apenas à infância e à adolescência. A ação da escola também se estenderia aos adultos e aí vem, então, a sociabilização permanente (SAVIANI, 1999, p. 56).

”

Na prática, devido a sua importância e ao alcance que tem na vida das pessoas, a educação é um importante recurso que ajuda a promover mudanças na sociedade. Dessa forma, podemos dizer que ela, ainda que não transforme sozinha a sociedade, “é um dos principais meios de realização de mudança social ou, pelo menos, um dos recursos de adaptações das pessoas, em um mundo em mudança [...]” (BRANDÃO, 1996, p. 23).

Também pelo fato de ser um direito social, a educação acaba por ser importante na discussão de temas variados, como cidadania, democracia, justiça, solidariedade e autonomia. Além disso, no mundo atual, ela se vê diante de diversos problemas, devendo posicionar-se de forma crítica. São alguns deles: (i) a formação para a cidadania plena; (ii) a necessidade do respeito à diversidade cultural; (iii) a democratização da sociedade e da própria escola.

Do ponto de vista etimológico, o vocábulo latino *educare* é a raiz da palavra *educação*. No mesmo sentido, por *educare* entende-se o ato de alimentar ou criar.



Seção 2

A educação como prática social e seus múltiplos sentidos

Mas, então, o que podemos compreender ao dizer “educação como um direito social”?

Primeiro, é importante compreender a educação como uma prática social. O que isso significa? Com isso, queremos dizer que ela pode ser compreendida como uma prática social que inclui os processos de aprendizagem e de sistematização do conhecimento, abrangendo várias dimensões, como, por exemplo, histórica, social, cultural, psicológica e econômica.

Segundo, é importante que, como prática social, a educação seja pensada como algo que o homem cria, em suas relações cotidianas, e que, por sua vez, cria o homem. Por isso, dizemos que os grupos humanos sempre atribuem um sentido próprio à educação e ao próprio projeto de sociedade que desejam realizar e no qual ela se desenvolve. É por isso que dizemos que a educação é uma prática social: por ela ser o processo por meio do qual ocorre a própria formação dos indivíduos, tanto em sua dimensão pessoal quanto social.

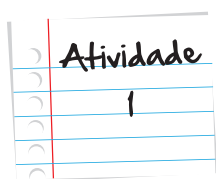
Para melhor compreendermos esse conceito, apresentaremos outro trecho de uma carta de indígenas que você estudou na Unidade 6 do Módulo 1. Brandão (1996) ilustra bem o que acabamos de dizer, ao nos relatar trechos de uma carta enviada pelo chefe de uma tribo de índios norte-americanos aos governantes do estado norte-americano de Virgínia, após um tratado de paz. Nessa carta, os índios recusavam e agradeciam a oferta feita a eles, pelos homens brancos, para que seus jovens guerreiros pudessem frequentar cursos nas escolas americanas. Veja a seguir um trecho bastante ilustrativo da referida carta.

“

Muitos dos nossos bravos guerreiros foram formados nas escolas do Norte e apreenderam toda a vossa ciência. Mas, quando eles voltavam para nós, eles eram maus corredores, ignorantes da vida da floresta e incapazes de suportarem o frio e a fome. Não sabiam como caçar o veado, matar o inimigo e construir uma cabana, e falavam a nossa língua muito mal. Eles eram, portanto, totalmente inúteis. Não serviam como guerreiros, como caçadores ou conselheiros (BRANDÃO, 1996, p. 9).

”

Observe como o trecho apresentado revela um conteúdo social e político da educação como prática social desenvolvida na vida coletiva de qualquer povo. É nesse sentido que o autor da referida carta afirma que “ninguém escapa da educação”, pois esta apresenta consequências diversas para todo grupo humano que dela participa.



Que outra conclusão você pode tirar do trecho lido?

Anote suas
respostas em
seu caderno

Desde que nascemos, a educação nos alcança por meios diversos e de várias maneiras. É como se dela não pudéssemos fugir! Nesse sentido, podemos dizer que a educação é um processo universal que alcança cada indivíduo, embora isso aconteça variando de acordo com a sociedade na qual se desenvolve. Por isso, a educação é um processo histórico e dinâmico.

Em decorrência disso, a educação assume algumas características, podendo ser, por exemplo, informal ou formal. No primeiro caso, ela nos alcança de maneira informal, à medida que acontece na própria convivência social e sem um planejamento prévio das situações pelas quais passaremos. Dessa forma, ao convivemos com nossos pais, irmãos, amigos, colegas ou outras pessoas, em diversos lugares – em casa, na rua, no trabalho, na igreja etc. – estamos também nos educando.

Assim, a educação informal nasce de maneira espontânea, não necessitando, obrigatoriamente, de escolas e professores. Vejamos um exemplo: em uma tribo indígena, os indivíduos são educados de maneira informal, à medida que aprendem aquilo que lhes ajuda a garantir as condições básicas para seu próprio processo de sobrevivência, como mostra o trecho da carta dos indígenas norte-americanos, lido anteriormente. Para melhor compreender o processo de educação informal, leia mais um trecho que ilustra como isso acontece entre as comunidades dos índios.

“

Os mais velhos ensinam aos mais jovens os segredos da sobrevivência e as formas possíveis de entender o mundo em que vivemos. Nasce assim a educação: maneiras de transmitir e assegurar a outras pessoas o conhecimento de crenças, técnicas e hábitos que um grupo social já desenvolveu a partir de suas experiências de sobrevivência (MEKSENAS, 2005, p. 19).

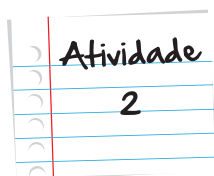
”



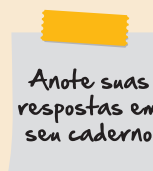
Figura 2: Cerimônia de encerramento da nona edição dos Jogos dos Povos Indígenas (Olinda, PE).

Em outra direção, quando vamos para a escola e participamos de atividades previamente planejadas pelos professores, com horários definidos, e estudamos determinados conteúdos por meio de métodos selecionados, a educação que nos atinge é aquela de natureza formal. Observe que, ao realizar este curso e estudar o presente texto, o seu processo educacional também assume esse caráter de formalidade, pois ainda que você estude a distância, há atividades planejadas para você realizar, como as leituras, visando o alcance de determinados objetivos previamente definidos.

Todavia, é importante perceber que essas duas modalidades do processo educacional – formal e informal – acontecem de maneira complementar em nossas vidas, motivo pelo qual cada uma delas assume grande importância em nosso processo de desenvolvimento pessoal e social.



Pense nas diversas situações educativas pelas quais você já passou, dentro e fora da escola. Em seguida, indique uma que se caracterize como situação de educação informal e outra, como educação formal.



Como direito social do cidadão, a educação tem a finalidade de criar condições para que o indivíduo se desenvolva, nos planos pessoal e social, a fim de viver bem em sociedade, de forma a ter garantida uma existência digna.

A educação que você recebe hoje é a mesma que seus pais e avós receberam na infância e na juventude? A reflexão sobre essa pergunta faz notar que a educação acaba por traduzir conhecimentos, valores e formas de convivência social particulares de determinado contexto histórico.

Como sabemos, para pensar a educação como prática social, devemos considerar várias dimensões presentes nas relações estabelecidas entre os homens – econômicas, sociais, ecológicas, culturais, tecnológicas, demográficas, políticas etc. –, bem como os fatores que interferem em tais relações. Dessa forma, a educação pode assumir diferentes características ao longo do tempo, sendo realizada em decorrência de certas visões de homem, de sociedade e de conhecimento.

Como discutido anteriormente, o período histórico em que vivemos é marcado por intensas transformações verificadas nos mais variados setores da vida humana. Esse período tem sido chamado por diversos nomes, como *era do conhecimento*, *sociedade do conhecimento*, *sociedade em rede*, *sociedade da comunicação*. Porém, independentemente da denominação que receba, a sociedade contemporânea exige que a educação contribua para a formação cidadã dos indivíduos.

Não há dúvida de que, como direito social, a educação de qualidade seja garantida para todos os cidadãos. Para tanto, ela precisa estar comprometida com os problemas sociais, de forma a poder contribuir para a construção da cidadania e questionar as próprias relações sociais.

Nessa direção, acreditamos que você, provavelmente, já percebeu que a educação pode se constituir em um meio de combater as desigualdades sociais, que constituem um dos maiores desafios dos países em desenvolvimento, como é o caso do nosso. Além disso, é importante não perder de vista que, em diferentes contextos históricos, a educação pode ajudar a criar as condições necessárias para que aconteça o desenvolvimento científico e tecnológico de um povo. Nesse processo, ela constitui um direito social fundamental.

Seção 3

A educação que acontece na escola

Como vimos no item anterior, a educação é uma prática social que se desenvolve na sociedade como um todo. Então, por que normalmente pensamos em educação como algo associado à escola?

A escola tem suas origens no início do século XVI, no contexto da Reforma Protestante liderada pelo monge Martinho Lutero. Com efeito, essa reforma foi um fato histórico relevante que teve início na Alemanha, estendeu-se a vários países da Europa e, posteriormente, a outras partes do mundo.

A Reforma Protestante se opunha à Igreja Católica, criticando seus abusos e revisando alguns de seus valores como os relacionados ao trabalho e ao lucro. Ao se opor ao poder da Igreja Católica, Lutero defendia que a Bíblia deveria ser interpretada livremente, e não apenas pelos religiosos ligados a essa igreja. Nesse contexto histórico, a escola primária passou a ser reivindicada, por vários grupos, como um instrumento que ajudasse não somente na leitura dos textos sagrados, mas também no próprio combate ao analfabetismo. Nos séculos seguintes, a educação escolar passou a ser reivindicada por diferentes grupos sociais, em várias partes do mundo. Entretanto, sua conquista como direito social ocorreu de maneira diferente, considerando os vários contextos históricos em que as lutas por ela aconteciam.



Saiba Mais

Com o passar do tempo, as transformações sociais também influenciaram a forma como a educação tem passado a ser exigida – cada vez mais, como algo necessário à própria convivência em sociedade. Além disso, ganhou força a ideia de que os trabalhadores passassem a ter uma formação mínima, visando o melhor desempenho de suas funções no mercado de trabalho para, dentre outros objetivos, aumentar a produção no mundo capitalista. Como você pode perceber, a importância da educação escolar vem aumentando, cada vez mais, no mundo contemporâneo.

Observe como a citação apresentada a seguir ajuda a entender a função da escola e sua importância na sociedade atual, em relação ao que estamos afirmando aqui.

“

Desde o seu surgimento, e ao longo de sua história, a escola vem exercendo um papel determinante na vida pessoal e coletiva dos indivíduos, bem como na comunidade na qual está inserida. Ademais, no mundo contemporâneo, essa instituição assume, de forma decisiva, a corresponsabilidade pelo desenvolvimento social, intelectual, emocional, político e científico daqueles que a buscam (SOUSA, 2008, p. 99-100).

”



Figuras 3 e 4: Escolas públicas.

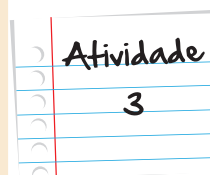
Entretanto, como já enfatizado, é histórica a luta pela garantia dos direitos sociais, como a educação. A história nos mostra que a luta por uma escola pública, obrigatória, gratuita, para todos e de qualidade vem ocorrendo em vários momentos da evolução da humanidade e continua nos tempos atuais, na sociedade do conhecimento ou sociedade tecnológica.



Apesar de apresentarem diferenças entre si, pois cada escola representa uma comunidade específica, as escolas possuem muitas semelhanças umas com as outras, isto é, você sabe quando está dentro de uma escola, não é?

Considerando sua trajetória como estudante, liste, nas linhas a seguir, quatro aspectos comuns às diversas escolas em que você já estudou ou que conheceu.

Anote suas
respostas em
seu caderno



Certamente, ao realizar a atividade anterior, você buscou em sua memória ou em suas experiências como estudante determinados traços mais comuns às escolas que conheceu. Entretanto, é possível pensar em outro tipo de escola, como o descrito nos trechos a seguir.

“

A escola

Escola é...

O lugar onde se faz amigos;

Não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos...

[...] Nada de “ilha cercada de gente por todos os lados”.

Nada de conviver com as pessoas e depois descobrir

que não tem amizade a ninguém

Nada de ser como o tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só [...]

(FREIRE, 1992, p. 38).

”

Observe como o texto apresentado mostra a possibilidade de a escola assumir novos significados, tomando como referência a realidade dos grupos que ela atende. Ao fazer isso, ela garante, de maneira mais efetiva, o direito social à educação e, o que é mais importante, a formação cidadã do indivíduo. Nessa perspectiva, a escola assume um compromisso com uma visão de educação voltada para a transformação social e, portanto, para a emancipação dos indivíduos, de forma que eles percebam as relações sociais de uma maneira mais crítica e contextualizada.

No mundo moderno, particularmente, a educação escolar precisa se constituir em um caminho que oportunize debates em torno da construção e democratização do saber, assumindo um significado de processo social, que se realiza no espaço concreto da escola.

A escola, de fato, institui a cidadania. Ela é o lugar onde as crianças deixam de pertencer exclusivamente à família para integrarem-se numa comunidade mais ampla, em que os indivíduos estão reunidos não por vínculos de parentesco ou de afinidade, mas pela obrigação de viver em comum. A escola institui, em outras palavras, a coabitação de seres diferentes sob a autoridade de uma mesma regra (CANIVEZ, 1991, p. 33).



Figura 5: Educação para a cidadania.

Seção 4

Saúde como direito do cidadão

Da mesma maneira que o lazer, também a saúde, como direito social, está estreitamente relacionada ao contexto econômico, político e cultural de uma sociedade. Esse fato explica por que, em sociedades mais antigas, a própria noção de presença ou ausência de saúde era vista de maneira bastante diferente da que conhecemos hoje. O que isso significa? Por exemplo: no passado, o fato de alguém estar doente ou saudável era visto como fruto da vontade divina, e não como algo que mantinha relação direta com as próprias condições de vida dos indivíduos, como saneamento, água potável, condições de habitação etc.

Nossa noção de saúde hoje é, por outro lado, muito particular à nossa época. Em nossa sociedade, a relação doença-saúde é analisada e explicada de maneira científica, e não mais como ocorria em tempos remotos.

Na sociedade atual, a saúde é vista como um direito do cidadão. O processo educativo pelo qual os indivíduos passam em determinada sociedade contribui bastante para o seu nível de conscientização, que determinará suas reivindicações junto ao poder público, para que ele lhes garanta condições melhores de saúde e, conseqüentemente, uma melhoria no nível de sua qualidade de vida. Para tanto, é preciso que os direitos sociais sejam garantidos pelo Estado para cada cidadão.

Os direitos à alimentação, saúde e educação, embora não sejam originariamente fundamentais, adquirem tal *status* no que concerne à parcela mínima sem a qual o homem não sobrevive (TORRES, 1999, p. 129).

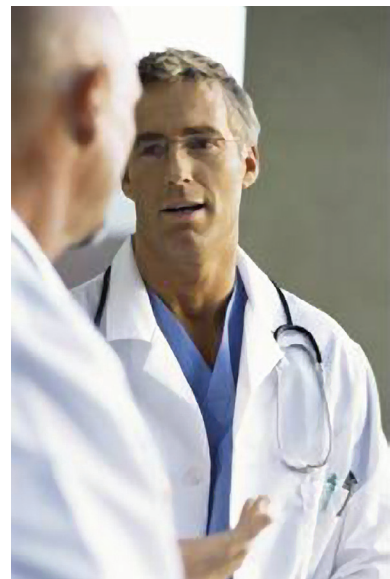


Figura 6

Para conhecer mais a respeito da evolução histórica do conceito de saúde, acesse <http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1> e leia o artigo “História do conceito de saúde”, de autoria de Moacyr Scliar.



Figura 7



Figura 8

Devido à própria complexidade do que vêm a ser saúde e doença em diferentes contextos sociais, durante muito tempo, não houve um consenso universal das nações em torno do conceito de saúde. Com o objetivo de resolver esse problema, ocorreu uma importante primeira tentativa, após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), por meio da Liga das Nações, porém, sem êxito. Somente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), foi possível chegar a um consenso a respeito desse conceito.



A Organização das Nações Unidas (ONU) foi fundada em 24 de outubro de 1945, na cidade de São Francisco (Califórnia, Estados Unidos da América). Sua principal missão é propor e executar medidas que garantam: (i) segurança internacional; (ii) desenvolvimento econômico; (iii) definição de leis internacionais; (iv) respeito aos direitos humanos; (v) progresso social. À época de sua fundação, a ONU contava com a participação de 51 nações, mas, devido aos seus objetivos e ao seu crescimento, conta atualmente com um total de 192 países-membros. Atualmente, sua principal sede é em Nova Iorque.

Por sua vez, a Organização Mundial da Saúde (OMS) é uma instituição subordinada à ONU, sendo especializada em saúde. Criada em 7 de abril de 1948, a OMS está sediada na cidade de Genebra, na Suíça. Seu principal objetivo é desenvolver ações visando a saúde de todas as nações. O Brasil teve participação efetiva em sua criação.

Assim, a OMS divulgou uma carta de princípios, em 7 de abril de 1948 – dia que passou, a partir de então, a ser o Dia Mundial da Saúde –, reconhecendo a promoção e proteção da saúde como um direito do cidadão e obrigação do Estado. A partir dessa data, em nível internacional, o direito à saúde foi reconhecido, por ocasião da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse importante documento, foi adotado, em nível mundial, o conceito criado pela referida organização:

“

Saúde é o estado do mais completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de enfermidade.

”

Observe como esse conceito é abrangente e complexo, pois abarca diversos elementos, como: a biologia humana, o meio ambiente (solo, água, ar, moradia, local de trabalho), o estilo de vida, incluindo hábitos como fumar, ingerir bebidas alcoólicas, praticar exercícios físicos etc.

Texto I

(Retirado do Enem 2010)

O chamado “fumante passivo” é aquele indivíduo que não fuma, mas acaba respirando a fumaça dos cigarros fumados ao seu redor. Até hoje, discutem-se muito os efeitos do fumo passivo, mas uma coisa é certa: quem não fuma não é obrigado a respirar a fumaça dos outros.

O fumo passivo é um problema de saúde pública em todos os países do mundo. Na Europa, estima-se que 79% das pessoas estão expostas à fumaça “de segunda mão”, enquanto, nos Estados Unidos, 88% dos não fumantes acabam fumando passivamente. A Sociedade do Câncer da Nova Zelândia informa que o fumo passivo é a terceira entre as principais causas de morte no país, depois do fumo ativo e do uso de álcool.

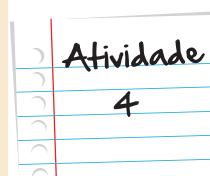
Fonte: www.terra.com.br. Acesso em 27.04.2010

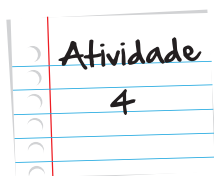
Texto II



Ao abordar a questão do tabagismo, os textos I e II procuram demonstrar que:

- a. () a quantidade de cigarros consumidos por pessoa, diariamente, excede o máximo de nicotina recomendado para os indivíduos, inclusive para os não fumantes.





- b. () para garantir o prazer que o indivíduo tem ao fumar, será necessário aumentar as estatísticas de fumo passivo.
- c. () a conscientização dos fumantes passivos é uma maneira de manter a privacidade de cada indivíduo e garantir a saúde de todos.
- d. () os não fumantes precisam ser respeitados e poupados, pois estes também estão sujeitos às doenças causadas pelo tabagismo.
- e. () o fumante passivo não é obrigado a inalar as mesmas toxinas que um fumante, portanto depende dele evitar ou não a contaminação proveniente da exposição ao fumo.

Veja também que, desse ponto de vista, falar em saúde como um direito social implica considerar o indivíduo como um todo e sua inserção no espaço social, levantando perguntas relativas a aspectos diversos, como a qualidade do ar que respiramos, o nível de nutrição dos indivíduos e, por que não dizer, o próprio consumismo desenfreado, como discutimos na Unidade 6 deste módulo. Em suma, como direito social, a saúde deve ser discutida em uma dimensão tanto pessoal quanto coletiva dos indivíduos.

Seção 5

A saúde no Brasil

Como anda sua saúde? E a saúde de sua comunidade? Ao pensar nessas duas questões, reflita, igualmente, a respeito da saúde do nosso povo como um todo.

Observe as manchetes a seguir e reflita sobre a situação da saúde em nosso país.

■ A situação da saúde no Brasil

Apesar dos avanços obtidos na atenção básica, os desafios na área de saúde são enormes. Um dos principais problemas é a baixa qualidade do atendimento que é oferecido nos hospitais e postos de saúde para a maior parte da população. Isto ocorre apesar dos gastos com saúde serem bastante elevados.

Fonte: <http://naercio.insper.edu.br> - Acesso em 25.08.2011

Em 2010, SP respirou dois meses de ar poluído

Moradores da Região Metropolitana de São Paulo respiraram em 2010 o equivalente a dois meses de ar poluído. Dados do Relatório de Qualidade do Ar da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) mostram que em 61 dias do ano passado os níveis do poluente ozônio foram considerados inadequados.

Fonte: Jornal O Estado de S. Paulo, 7 de agosto de 2011 - <http://www.ae.com.br/institucional>
Acesso em 24.08.2011

Falta d'água constante revolta população de Estância

Está bastante preocupante e irritando a população, a constante falta d'água no município de Estância, distante 68 quilômetros de Aracaju. O líquido precioso [...] vem todo dia faltando nas torneiras da população estanciana.

Fonte: <http://www.atribunacultural.com.br>
Acesso em 23.08.2011

Moradores do Distrito de Indubrasil reclamam da falta de parques

A população do Distrito de Indubrasil, localizado na saída para Aquidauana, a cerca de 40 quilômetros da área central de Campo Grande, reclama da falta de opção de lazer, tanto para os adultos quanto para as crianças. [...] na inauguração de reformas de escola na localidade, com cerca de 21 mil habitantes, moradores disseram que precisam de um parque.

Fonte: Jornal Eletrônico do Mato Grosso do Sul, 18 de março - <http://www.midiamax.com.br>
Acesso em 23.08.2011

Como você pode perceber, as várias manchetes dizem respeito a diferentes elementos relacionados à saúde dos indivíduos, como a qualidade da água, do ar e o acesso a parques infantis.

Devido à sua abrangência e complexidade, o conceito de saúde tem sido objeto de discussões pelo próprio Ministério da Educação (MEC) do Brasil, ao formular orientações pedagógicas para sua discussão junto aos estudantes. Veja em que termos isso é recomendado:

“

Nesse contexto, falar de saúde implica levar em conta, por exemplo, a qualidade da água que se consome e do ar que se respira, as condições de fabricação e uso de equipamentos nucleares ou bélicos, o consumismo desenfreado e a miséria, a degradação social ou a desnutrição, estilos de vida pessoais e formas de inserção das diferentes parcelas da população no mundo do trabalho; envolve aspectos éticos relacionados ao direito à vida e à saúde, direitos e deveres, ações e omissões de indivíduos e grupos sociais, dos serviços privados e do poder público. A saúde é produto e parte do estilo de vida e das condições de existência, sendo a vivência do processo saúde/doença uma forma de representação da inserção humana no mundo (MEC, 2001, p. 92).

”

Esse conceito de saúde nos leva a pensar que ele, antes de já ser uma realidade para todos os cidadãos brasileiros, é, na verdade, um compromisso a ser assumido e garantido pelo Estado, como um direito social, conforme expresso na Constituição Federal de 1988. Afinal, o próprio sistema de saúde pública, em diferentes regiões do país, ainda enfrenta grandes dificuldades no atendimento aos cidadãos que o procuram, relativas ao tempo e à qualidade do atendimento. Leia a seguir o que nossa “Constituição Cidadã” estabelece, em um dos seus artigos:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Entretanto, se a luta pela garantia dos direitos sociais em nosso país e no mundo é histórica, em relação à saúde não é diferente! Dessa forma, um importante passo foi a Constituição Federal de 1988 ter previsto em seu Artigo 198, § 1º, a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS). Desse ponto de vista, o SUS corresponde a uma política pública, cujo funcionamento deve ser assegurado por rede regionalizada de serviços, portanto, descentralizada. Dessa rede fazem parte, dentre outros serviços, postos de saúde, unidades móveis de saúde, hospitais públicos e ambulâncias para transporte de pacientes.

Outras características importantes dessa política pública no atendimento à saúde como direito social são:

- ele possui uma direção única em cada esfera do poder público – federal, estadual e municipal;
- seus usuários, cidadãos que a ele recorrem, poderem controlá-lo à medida que participam de conferências e conselhos de saúde, que têm por objetivo avaliar os serviços prestados.

Esses são os princípios que orientam o Sistema Único de Saúde (SUS) como política pública, de forma a contribuir para o desenvolvimento da dignidade dos brasileiros como cidadãos e como seres humanos, quando buscam o atendimento à saúde como direito social.

Entretanto, é importante não perder de vista que a participação popular dos indivíduos nas referidas conferências é fator fundamental na avaliação dos serviços prestados pelo SUS e, portanto, na verificação de em que medida o seu próprio direito à saúde está sendo garantido pelo Estado. Em suma, a participação dos cidadãos na avaliação dos serviços prestados é indispensável à própria garantia dos direitos sociais, conquistados por meio de lutas históricas. Aliás, essa ideia já era defendida por dois importantes pensadores que lutaram bastante em defesa dos direitos dos trabalhadores, ainda no século XIX: Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Veja em que termos eles nos ajudam a entender essa questão:

“

A História não faz nada, não “possui uma enorme riqueza”, ela “não participa de nenhuma luta.” Quem faz tudo isso, quem participa das lutas, é o homem, o homem real: não é a “História” que utiliza o homem como meio para realizar os seus fins – como se tratasse de uma pessoa individual – pois a História não é senão a atividade do homem que persegue os seus objetivos (MARX; ENGELS, 1967, p. 159).

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Posto_de_Sa%C3%BAde_de_Almirante_Tamandar%C3%A9.JPG?uselang=pt-br

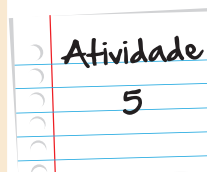
”



Figuras 9 e 10: Postos de saúde.

Como são os postos de saúde e os hospitais públicos, vinculados ao SUS, em sua cidade? Em quais aspectos você entende que eles atendem satisfatoriamente à população e em quais precisam melhorar, visando o atendimento às necessidades dos cidadãos que os procuram?

Anote suas
respostas em
seu caderno



Resumo

Estudamos nesta unidade que, como direito social, a educação ajuda os indivíduos a perceberem formas e estratégias de reivindicação de acesso aos bens e serviços sociais. Daí dizermos que saúde e educação devem andar de mãos dadas! Por isso, o estudo sobre saúde ocorre de maneira associada a temas diversos, como poluição, qualidade dos alimentos, condições de trabalho, higiene da habitação, saneamento. De fato, a discussão de temas como esses pode contribuir para uma melhor compreensão sobre a qualidade de vida dos indivíduos, visando a sua melhoria.

Considerando as grandes transformações da sociedade contemporânea, a educação tem ganhado cada vez mais importância, acontecendo de diferentes maneiras e em variados espaços. Por sua vez, a saúde também se configura como um direito de todos, pois está ligada essencialmente ao próprio processo de crescimento e desenvolvimento do ser humano.

Também é importante lembrar que, na sociedade moderna, algumas doenças têm surgido em decorrência do modo de vida das pessoas, como depressão, síndrome do pânico e o consumo compulsivo. E, do ponto de vista da saúde, algumas doenças são características do modo de vida do homem moderno, como consumo compulsivo, tabagismo, obesidade, hipertensão etc. Essas e outras doenças têm surgido em decorrência de hábitos errados de vida.

Para encerrar esta unidade, chamamos a atenção para a seguinte ideia: educação e saúde, como direitos sociais, fazem parte das condições para a existência digna de uma pessoa.

Veja ainda:

Sugerimos a leitura do livro e a apreciação dos filmes apresentados a seguir para ampliar sua compreensão a respeito das temáticas abordadas nesta unidade.

Livro

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004 (Coleção Primeiros Passos, volume 20).

De maneira didática e contando com vários exemplos, o autor apresenta o conceito de educação como prática social, mostrando por que o fenômeno educativo alcança a todos na sociedade, em diferentes tempos e lugares. A discussão contempla, também, o surgimento da escola, bem como suas transformações ao longo do tempo. A reflexão feita a respeito de natureza, finalidade e objetivos da educação conduz o leitor a concluir que “ninguém escapa da educação”.

Filmes

- *Lutero*. Drama produzido na Alemanha/EUA, em 2003, dirigido por Eric Till. O filme retrata a vida de Martinho Lutero, transcorrendo no período que vai de 1507, ano de sua ordenação como religioso, a 1530, quando ocorrem suas lutas contra a Igreja Católica e a luta por difundir os valores do que veio, mais tarde, a se

denominar luteranismo. A obra mostra ainda a luta política desse religioso para que a Bíblia passasse a ser lida em outras línguas, além do latim, fato que demandaria que as pessoas se esclarecessem, também, pelo aprendizado da escrita.

- *Central do Brasil*. O filme de Walter Salles, produção franco-brasileira de 1998, não aborda, diretamente, o contexto escolar. Entretanto, mostra-se bastante interessante para a discussão do tema educação e democracia, medida que revela a ignorância e a miséria em que vive grande parcela do povo brasileiro. Nesse contexto, pode ser avaliada a importância da escola para o desenvolvimento da consciência das pessoas.

Referências

Livros

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**, 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004 (Coleção Primeiros Passos, volume 20).
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: 1ª a 4ª séries – Ciências Naturais. 3. ed. Brasília: MEC, 2001.
- CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** Campinas: Papirus, 1991.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família**. México: Grijalbo, 1967.
- MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da educação**: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- PRETTI, Oreste; SOUSA, José Vieira de; SPELLER, Paulo. A educação no mundo contemporâneo. In: MENEZES, Mindé Baday; RAMOS, Wilsa Maria Ramos (Coord.) **Programa de formação de professores em exercício**. Brasília: MEC/Fundescola, 2004. p. 83-103
- SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação**: por uma outra política educacional. São Paulo: Autores Associados, 1999.

- SOUSA, José Vieira de. Projeto político-pedagógico e promoção do direito à educação. In: AMARAL, A. L. et al. **Formação de gestores**: módulo de formação básica – Direito. Brasília: MEC/FAPED/CAED, 2008. p. 89-116.
- TORRES, Ricardo Lobo (Org.) **Teoria dos direitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

Imagens



- <http://www.sxc.hu/photo/1106489>



- http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jogos_dos_Povos_Ind%C3%ADgenas3.jpg



- http://commons.wikimedia.org/wiki/File:School_in_the_Northeast_of_Brazil.jpg



- http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Escola_Joana_Sena.jpg



- http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Escola_Duarte_Coelho.jpg



- http://commons.wikimedia.org/wiki/File:M%C3%A9dico_tutor.jpg?uselang=pt-br



- <http://www.sxc.hu/photo/1319171>



- <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nutrition-pyramid.jpg?uselang=pt-br>



- <http://rickjaimecomics.blogspot.com>

Atividade 1

Dentre outras conclusões, você pode ter chegado às seguintes:

- os índios, quando retornaram dos estudos que realizaram nas escolas dos brancos, mostravam-se inúteis para sua própria comunidade;
- os conhecimentos valorizados pelos grupos sociais variam de acordo com suas necessidades;
- o que é importante na educação de um povo pode não ser para outro, em decorrência do que é necessário para sua própria sobrevivência.

Atividade 2

Esta resposta é de natureza pessoal, e deverá basear-se em experiências pelas quais você tenha passado na escola e em outros diferentes espaços sociais. Nesse sentido, você poderá ter apresentado respostas como as exemplificadas a seguir:

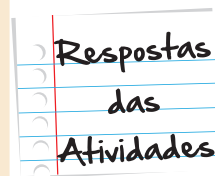
Educação informal: (i) discussão sobre a abordagem feita por um filme histórico, a respeito de determinado fato; (ii) visita a uma propriedade rural, quando você pode ter aprendido como cultivar uma hortalça; (iii) conversa com amigos acerca das condições climáticas do planeta etc.

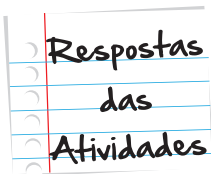
Educação formal: (i) apresentação de um trabalho em grupo tratando de um tema previamente definido pelo professor; (ii) realização de uma prova ou um teste; (iii) participação nas aulas expositivas ou nas atividades propostas pelo professor de determinada disciplina etc.

Atividade 3

Veja se você elaborou respostas como as sugeridas a seguir:

- planejamento e desenvolvimento de situações formais de ensino;
- calendário letivo definido por bimestres, semestres ou ano;





- horários definidos para cada disciplina ou área curricular;
- situações de aprendizagem envolvendo professores e alunos em sala de aula;
- funcionários com funções definidas: diretor, professor, bibliotecário, merendeiro, zelador etc.;
- emissão de notas ou menções ao final de um bimestre, semestre ou ano letivo etc.

Atividade 4

Resposta: Letra d.

Atividade 5

Resposta pessoal, entretanto, é importante que você consiga descrever, em linhas gerais, como se encontram os postos de saúde e hospitais públicos existentes em sua cidade, em termos, por exemplo, de número de funcionários (médicos, enfermeiros, pessoal administrativo), de suas condições físicas, localização, quantidade de hospitais em funcionamento, relação com o número de habitantes etc.

Além disso, veja se apontou aspectos em que, em seu entendimento, os serviços de saúde mostram-se satisfatórios e aqueles em que podem melhorar. Em relação a esses aspectos, é possível retomar aqueles indicados na primeira parte da resposta. Observe, por exemplo, se você indicou se o número de postos e hospitais, bem como o de funcionários, é proporcional ao de habitantes de sua cidade.

Até
breve!



Atividade extra

Questão 1

Com base no que você aprendeu nesta aula, defina saúde de acordo com a ONU.

Questão 2

Na prática, devido a sua importância e ao alcance que tem na vida das pessoas, a educação é um importante recurso que ajuda a promover mudanças na sociedade. Dessa forma, podemos dizer que ela, ainda que não transforme sozinha a sociedade, pode ser considerada:

- a. um dos principais meios de realização de mudança social.
- b. um direito que deve ser oferecido a todos aqueles em idade de 6 a 12 anos.
- c. uma atribuição dos governos municipais, que devem ser responsáveis pela formação básica integral de todos os jovens em idade correspondente ao chamado Ensino Médio.
- d. uma forma de garantir ao mercado de trabalho mão de obra excedente para suas demandas.

Questão 3

A educação é um processo histórico e dinâmico que alcança cada indivíduo, embora varie de acordo com a sociedade em que se desenvolve. Ela assume algumas características, podendo ser:

- a. parcial e informal.
- b. formal e sistemática.
- c. formal e informal.
- d. assistemática e informal.
- e. total e formal.

Questão 4

Vivemos numa época em que a educação se tornou uma necessidade permanente. Não basta passarmos alguns anos na escola e na universidade, e depois concluirmos que já temos uma formação acabada que nos permita lidar com as transformações dinâmicas que acontecem na sociedade, compreendendo dimensões sociais, culturais, políticas e técnicas. Essa afirmação significa que a educação é de fundamental importância e deve estar ao alcance das pessoas.

Dessa forma, podemos dizer que:

- a. um dos objetivos da educação é possibilitar que o indivíduo acompanhe as constantes mudanças na sociedade humana. Para isso, é importante reconhecermos que a educação que obtemos na nossa passagem pela escola serve por toda uma vida, mas, ao mesmo tempo, não termina quando chegamos à vida adulta. Uma constatação fundamental é que a continuidade da educação deve ser vista como uma necessidade permanente na vida dos indivíduos.
- b. a educação que temos na nossa infância e adolescência perde o valor com uma velocidade impressionante. Daí, tanto faz se estudarmos ou não, pois os conhecimentos hoje têm um prazo de validade curto.
- c. a educação se tornou importante porque é, única e exclusivamente, uma atividade que nos forma para as demandas do mercado de trabalho.
- d. nos dias de hoje, a educação deixou de ser uma atividade primordial na vida do ser humano. Não é necessário frequentarmos uma escola, já que a internet nos oferece todas as informações de que precisamos para a vida em sociedade.

Questão 5

O SUS (Sistema Único de Saúde) é uma política pública que deve ter como objetivo maior contribuir com a cidadania plena do cidadão brasileiro, atendendo da forma mais imediata possível suas demandas em termos de atendimento à saúde. Sendo assim, pode-se dizer, com relação ao SUS, que:

- a. é uma atribuição e obrigatoriedade única e exclusiva de cada município que esteja comprometido com a saúde básica de sua população.
- b. ele assegura uma gestão centralizada, por parte do governo federal, dos recursos disponíveis para atender a saúde do brasileiro.
- c. ele é um direito social de cada cidadão e sua gestão e resultados podem ser acompanhados pelos Conselhos de Saúde, que são entidades abertas à participação de qualquer cidadão, independentemente de ele ser ou não profissional da área de saúde.
- d. a participação dos cidadãos na avaliação dos sistemas de saúde não é necessária, nem aconselhável. Essa tarefa cabe, por obrigação, aos poderes públicos, que devem gerir e avaliar esses serviços de forma competente e, ao mesmo tempo, incentivar os cidadãos a ocupar seu tempo livre com atividades voltadas para o consumo e lazer.

Gabarito

Questão 1

Saúde é o estado do mais completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de enfermidade.

Questão 2

- | A | B | C | D |
|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| <input checked="" type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

Questão 3

- | A | B | C | D |
|-----------------------|-----------------------|----------------------------------|-----------------------|
| <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input checked="" type="radio"/> | <input type="radio"/> |

Questão 4

- | A | B | C | D |
|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| <input checked="" type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

Questão 5

- | A | B | C | D |
|-----------------------|-----------------------|----------------------------------|-----------------------|
| <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input checked="" type="radio"/> | <input type="radio"/> |